



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26/05/2014**  
(Contém folhas)

**ATA Nº 11**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Isabel Alexandra dos Santos Tomé	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

**Presidente:**  
**Vereadores:**



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**REUNIÃO DE 26/05/2014**

**ATA Nº 11**

----- Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano dois mil e catorze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver “quorum” para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 12 de maio de 2014 foi aprovada por unanimidade. -----

----- Sob proposta do Senhor Presidente, a Câmara Municipal, aprovou por unanimidade um Voto de Pesar por D. Eurico Dias Nogueira: -----

**VOTO DE PESAR**

**D. Eurico Dias Nogueira (1923-2014)**

Com a sua morte, Portugal perde um grande Homem um pensador profundo, uma voz irreverente que nunca deixou de se fazer ouvir, quer dentro quer fora da Igreja.

----- Nascido em Dornelas do Zêzere, a 6 de Março de 1926, filho de uma família destacada na aldeia, cedo se revelou para a Igreja. -----

----- Ordenado sacerdote em 22 de dezembro de 1945, veio a doutorar-se em Direito Canónico, pela Universidade Gregoriana de Roma a 3 de julho de 1948. Mas não só nas ciências da Igreja se destacou, a 5 de julho de 1955, licenciou-se em Direito Civil na



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

Universidade de Coimbra. -----

----- O rumo definitivo da sua vida sacerdotal, é delineado em 10 de julho de 1964, quando é nomeado Bispo de Vila Cabral. No entanto a ordenação episcopal apenas acontece a 6 de dezembro desse mesmo ano. -----

----- Em 1972, ano em que é nomeado Bispo de Sá da Bandeira, inicia-se um ciclo novo na sua vida, ciclo esse que viria a ter o seu momento alto em 1974, quando em representação do Episcopado Angolano, participa no Sínodo dos Bispos. -----

----- A sua atividade cultural, é bem representativa do vigor que Dom Eurico Dias Nogueira deu à sua existência, com cerca de vinte obras publicadas, e um enorme número de artigos em revistas e jornais, ainda encontrou tempo para traduzir algumas obras, como "Mística da Perseguição". -----

----- Politicamente foi sempre uma figura incómoda, assumindo sempre a sua ideologia e entrando muitas vezes em conflito com as ideias e valores impostos pelo antigo regime. -----

----- No seu percurso episcopal, D. Eurico Dias Nogueira que se orgulhava de ter sido bispo em dois continentes, três países e quatro dioceses, regressou à metrópole em 1977 e de "persona non grata" do regime, D. Eurico assume uma das dioceses mais antigas e veneráveis da Península Ibérica. -----

----- Reconhecido pelo seu valor, é nomeado no dia 5 de Novembro de 1977, Arcebispo metropolitano de Braga e Primaz das Espanhas. -----

----- Foi aí que permaneceu o resto dos seus dias enquanto bispo e, mesmo após a resignação por motivos de idade, ficando na cidade onde continuou a ser uma figura muito estimada. -----

----- Um Homem que nunca recebeu as suas raízes, e tão pouco esqueceu as gentes das Serras, foi condecorado em 2005, com a Medalha de Mérito Municipal na terra que viu nascer aquele que ficará para a história como um dos maiores vultos da Cultura Pampilhosense. -----

#### I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

##### 1.1 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 23 de maio de 2014, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 2.537.134,53 € (dois milhões, quinhentos e trinta e sete mil cento e trinta e quatro euros e cinquenta e três cêntimos); -----

----- De operações não orçamentais: 221.835,59 € (duzentos e vinte e um mil oitocentos e trinta e cinco euros e cinquenta e nove cêntimos), num total de 2.769.366,99 € (dois



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

milhões setecentos e sessenta e nove mil trezentos e sessenta e seis euros e noventa e nove cêntimos). -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- O documento em apreço fica a fazer parte integrante desta ata. -----

#### 1.2 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo do seguinte: -----

----- Que, a próxima sessão da Assembleia Municipal será no dia 28 de junho do corrente ano; -----

----- Que, o processo eleitoral para o Parlamento Europeu decorreu com normalidade no Concelho de Pampilhosa da Serra; -----

----- Que, hoje, pelas 15:00 horas, no Auditório da CCDRC em Coimbra, toma posse a nova Presidente da CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Dr<sup>a</sup> Ana Abrunhosa; -----

----- Que, decorreu no dia 24, no Pavilhão Municipal, um espetáculo denominado "Dualidades", que consistiu numa apresentação sincronizada entre o Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense e o Grupo de Dança do Seixal e que resultou num espetáculo surpreendente de música e movimento. -----

----- Que, vai ter lugar no próximo dia 1 de junho o "II Trail de Pampilhosa da Serra", promovido pela SEASIDE, em conjunto com a XISTARCA Promoções e Publicações Desportivas, Ld<sup>a</sup> e com o apoio do Município de Pampilhosa da Serra; -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

## II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 2- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

#### 2.1 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

##### 2.1.1 - XISTARCA - II Trail da Pampilhosa da Serra



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### - Pedido de Isenção do Pagamento de Taxas

----- Foi presente um requerimento da XISTARCA Promoções e Publicações Desportivas, Ld<sup>a</sup>, a solicitar isenção de taxas para o evento desportivo "II Trail da Pampilhosa da Serra", a realizar no dia 1 de junho do corrente ano, entre a Portela do Fojo e a Vila de Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal, tendo em conta informação emitida pelos Serviços de Secretaria sobre o assunto e após análise, deliberou por unanimidade deferir o pedido. ---

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.2 - SECÇÃO FINANCEIRA

##### 2.2.1 - CIM Região de Coimbra

##### - Quotização 2014

----- Foi presente um ofício da CIM Região de Coimbra, datado de 14-05-2014, a comunicar que de acordo com o deliberado pelo Conselho Intermunicipal em reunião extraordinária realizada no dia 3 de janeiro de 2014, o valor das quotizações dos Municípios que a integram foram definidos e constam da lista em anexo. -----

----- Assim, o correspondente valor da quota em dívida do Município de Pampilhosa da Serra é de 3.130,80 € (três mil cento e trinta euros e oitenta centimos). -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade transferir para a CIM Região de Coimbra, a importância supramencionada. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

##### 2.2.2 - Associação dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra

##### - Pedido de Apoio Financeiro

----- Foi presente um carta, da Associação dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, com a referência nº 1950, datada de 14-05-2014 do seguinte teor: -----

----- " Ao entrarmos na chamada 'época oficial' de incêndios, a Direção da Associação de Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, vê com muita apreensão e cautela, aquilo que serão os próximos meses desta Instituição. -----

----- O poder central espera dos Bombeiros de Portugal resposta pronta e eficaz, porém não nos perguntam se temos ou não condições operacionais capazes de dar resposta a eventuais situações de sinistro. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Assim, e porque não dispomos de capacidade financeira para fazer face à manutenção e substituição de alguns dos nossos equipamentos, vimos nesta ocasião solicitar um apoio de 45.000,00 € (quarenta e cinco mil euros), o qual permitirá dotar esta Instituição de mais e melhores condições de eficácia e prontidão. -----

----- Na expectativa que o nosso pedido mereça o vosso melhor acolhimento (...) "-----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade transferir para a Associação dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, a importância de 45.000,00 € (quarenta e cinco mil euros) mediante Protocolo, ficando junto ao processo uma informação de cabimento de verba, emitida em 26/05/2014, pela Secção de Contabilidade. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- O Sr. Vereador João dos Santos Alves ausentou-se da sala por estar impedido por Lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.2.3 - Transferências Financeiras para os Municípios

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo que a Câmara Municipal terá que informar a DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais, até 30 de junho do ano anterior ao ano a que respeita, qual a percentagem do FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro, que deve ser considerada como transferência corrente. -----

----- Depois de ouvidas as explicações do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade e para efeito do n.º 4 do artigo 31º da Lei nº 73/2013, de 13 de setembro, fixar a receita corrente em 90% e de capital de 10% do FEF, bem como comunicar à DGAL para cumprimento da referida Lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 2.3 - SERVIÇOS JURÍDICOS

#### 2.3.1 - Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra - Protocolo de Colaboração

----- Na sequência do pedido de apoio formulado pela Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra, por carta com o registo de entrada nº 1952, datada de 06/05/2014, destinado a compartilhar o apoio prestado pelo Centro Comunitário da Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra,-----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar, após consulta aos Serviços Financeiros e Jurídicos da Autarquia, conceder um apoio financeiro no montante de 10.000,00 € (dez mil euros) àquela Instituição, destinado a comparticipar financeiramente o apoio prestado pelo Centro Comunitário da Santa Casa da Misericórdia, no âmbito da realização de eventos / atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva e recreativa, promovidas pelas entidades intervenientes durante o ano de 2014. -----

----- Mais deliberou, para o efeito, aprovar a minuta do Protocolo e conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.3.2 - Contrato-Programa de Promoção Educativa, Cultural, Turística, de Marketing Territorial e de Gestão Ativa da Floresta no Concelho de Pampilhosa da Serra**

----- Pelo Sr. Presidente foi proposto que, à semelhança do ano anterior, seja celebrado Contrato - Programa de Promoção Educativa, Cultural, Turística, de Marketing Territorial e de Gestão Ativa da Floresta no Concelho de Pampilhosa da Serra - 2014, entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento, com vista a estabelecer medidas de cooperação e apoio, entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Pinhais do Zêzere, e inerente atribuição de apoio financeiro, para a concretização do programa de promoção educativa, cultural, turística, de marketing territorial e de gestão ativa da floresta no concelho de Pampilhosa da Serra, cuja minuta se submete à apreciação do Órgão Executivo Autárquico. -----

----- Junto ao processo fica uma informação de cabimento de verba, emitida pela Secção de Contabilidade em 26/05/2014. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Estabelecendo a retroatividade dos seus efeitos a 01/01/2014 e terminus a 31/12/2014; -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.3.3 - Contrato de Arrendamento da Fração B do I Pavilhão, sito no Alto das Aldeias, em Pampilhosa da Serra**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Na sequência da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião ordinária



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

realizada em 12/05/2014, em que foi adjudicado o arrendamento da Fração B, do I Pavilhão sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias, à Sociedade Lenda da Beira – Aguardente de Medronho Unipessoal, Lda, vêm os Serviços Jurídicos da Autarquia, submeter à apreciação do Órgão Executivo Autárquico, a minuta do competente contrato de arrendamento. Urge, contudo, chamar a atenção que o mesmo não se encontra totalmente de acordo com o consignado no documento que estabelece as Normas de Utilização e Arredamento das frações daquele Pavilhão (aprovadas em reunião de Câmara de 31/10/2006 e de 14/08/2007, em anexo). -----

----- E assim é porque a referida minuta do contrato foi redigida de acordo com o disposto naquele documento, que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento das frações daquele Pavilhão (aprovadas em reunião de Câmara de 31/10/2006 e 14/08/2007) mas também o disposto na Lei nº 31/2012, de 14 de agosto que procede à revisão do Novo Regime Jurídico do Arrendamento Urbano alterando o Código Civil, o Código do Processo Civil e a Lei nº 6/2006, de 27 de fevereiro. -----

----- 1) Consignou-se então, na minuta do contrato em questão que o mesmo produziria efeitos no primeiro dia útil do mês seguinte à data da sua assinatura, por forma, a que o período de pagamento da renda (1º dia útil do mês anterior àquele a que disser respeito) coincidissem com a produção de efeitos do mesmo. -----

----- Quando no documento que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento, estava consignado “até ao oitavo dia útil do mês seguinte àquele a que disser respeito”. -----

----- 2) Também se consignou que, findo o prazo de arrendamento o mesmo se renova automaticamente por períodos de igual duração, (portanto de 5 anos), mantendo-se o limite máximo total de 20 anos (previsto no documento que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento das frações daquele Pavilhão), se nenhuma das partes se opuser à renovação ou não ocorrer nenhuma causa que opere a extinção do arrendamento, atento o disposto no artigo 1054º do Código Civil. -----

----- Quando no documento que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento estava consignado: “O arrendamento é feito pelo período de 5 (cinco) anos, renovável a requerimento do arrendatário, com uma antecedência mínima de 6 (seis) meses relativamente ao termo do prazo inicial ou dos prazos de renovação, e com o acordo do Município de Pampilhosa da Serra, por períodos sucessivos de 1 (um) ano, até ao limite máximo total de 20 (vinte) anos.” -----

----- 3) Nos termos do artigo 1110º do Código Civil manteve-se o prazo de antecedência mínima de 60 dias, mas do termo pretendido do contrato, para ser denunciado o contrato de arrendamento em questão. -----

----- 4) Mais se informa, que na minuta do contrato em apreço, foi eliminada a Cláusula Décima Terceira, que estipula a Cláusula Penal, porque no requerimento de candidatura ao arrendamento, foi referido que a sociedade em causa não tinha a seu cargo nenhum posto de trabalho e também não iria proceder a criação de nenhum posto de trabalho a curto prazo, a afetar ao desenvolvimento da sua atividade.” -----

----- 5) Por último, considerando que o requerente veio solicitar verbalmente que no contrato de arrendamento conste que a referida fração, para além de se destinar ao desenvolvimento de





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*atividades conexas relacionadas com o objeto societário, se destina também à instalação de entreposto fiscal de armazenagem de bebidas espirituosas, quando na verdade a candidatura se refere (tão só) à “instalação de interposto de álcool” foi a redação pretendida inserida na minuta do contrato de arrendamento, que se submete à apreciação do Órgão Executivo Autárquico.”-----*

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a Minuta do Contrato e conceder poderes ao Sr. Presidente para a competente assinatura. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.3.4 - Minicash - Comércio Produtos Alimentares, Lda**

----- Foi presente uma carta da empresa Minicash - Comércio Produtos Alimentares, Lda, datada de 23/05/2014 e com o registo de entrada nº 2269, a comunicar que exerce a atividade de supermercado, sedeadada no concelho de Pampilhosa da Serra ligada ao grupo Dia/Minipreço desde o ano 2000. Refere que durante estes anos tem tido muitas dificuldades, mas a maior prende-se com as instalações, cujo acesso é mau, tanto para o cliente como para as descargas, e que pretendem oferecer um melhor serviço, mais produtos, com melhores condições e qualidade de trabalho. Das várias reuniões tidas com o Sr. Vice-Presidente Jorge Custódio, ficou em aberto a possibilidade do Lote 6E, com 1300m2, na Quinta de São Martinho, na Vila de Pampilhosa da Serra, propriedade do Município, pelo que, vem submeter à apreciação da Câmara Municipal a sua pretensão. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, desenvolver todas as iniciativas, por forma a colocar à venda em hasta pública o lote em questão. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.3.5 - Abertura de concurso, na modalidade de hasta pública, para adjudicação da cessão de exploração do Café/Bar e Restaurante “A Piscina”**

----- Foram presentes as minutas do Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Edital, respeitantes ao concurso para adjudicação da cessão de exploração do Café/Bar e Restaurante “A Piscina”, localizados na Av. dos Bombeiros Voluntários, na vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade proceder à abertura de concurso, na modalidade de hasta pública, para adjudicação da cessão de exploração do Café/Bar e Restaurante “A Piscina”, localizados na Av. dos Bombeiros



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

Voluntários, na vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, bem como aprovar o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Edital, nos precisos termos em que se encontram redigidos, os quais se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos. -----

----- Mais deliberou, por unanimidade, que a praça fosse dirigida por uma Comissão composta por: -----

----- Presidente: Fernando Pereira Alves, Chefe de Divisão Técnica de Obras e Urbanismo; -----

----- 1º Vogal – Maria Eugénia Bernardo Mota Pereira, Técnico Superior; -----

----- 2º Vogal – Felisberto Neves Pinto, Técnica Superior; -----

----- 3º Vogal Suplente – Luís Filipe Simões Batista, Técnico Superior; -----

----- 4º Vogal Suplente – Sandra Sofia Miguel Chora Custódio – Técnica Superior. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.3.6 - Abertura de concurso, na modalidade de hasta pública, para adjudicação da cessão de exploração do Centro Náutico, junto à albufeira de Santa Luzia**

----- Foram presentes as minutas do Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Edital, respeitantes ao concurso para adjudicação da cessão de exploração do Centro Náutico, junto à albufeira de Santa Luzia, freguesia de Fajão-Vidual, concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade proceder à abertura de concurso, na modalidade de hasta pública, para adjudicação da cessão de exploração do Centro Náutico, junto à albufeira de Santa Luzia, freguesia de Fajão-Vidual, concelho de Pampilhosa da Serra, bem como aprovar o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Edital, nos precisos termos em que se encontram redigidos, os quais se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos. -----

----- Mais deliberou, por unanimidade, que a praça fosse dirigida por uma Comissão composta por: -----

----- Presidente: Fernando Pereira Alves, Chefe de Divisão Técnica de Obras e Urbanismo; -----

----- 1º Vogal – Maria Eugénia Bernardo Mota Pereira, Técnico Superior; -----

----- 2º Vogal – Felisberto Neves Pinto, Técnica Superior; -----

----- 3º Vogal Suplente – Luís Filipe Simões Batista, Técnico Superior; -----

----- 4º Vogal Suplente – Sandra Sofia Miguel Chora Custódio – Técnica Superior. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.4 - RECURSOS HUMANOS

##### 2.4.1 - Proposta de Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais

----- Pelo Sr. Presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----

----- A Assembleia Municipal de Pampilhosa da Serra, em sessão ordinária de 15 de dezembro de 2012, na sequência da proposta da Câmara Municipal tomada em reunião ordinária de 27 de novembro de 2012, aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, publicado na 2ª série do Diário da República, nº 6, de 9 de janeiro de 2013. -----

----- De forma a adequar a experiência profissional, necessária para o recrutamento de cargos de direção intermédia de 3º grau, propõe-se a seguinte alteração: -----

#### Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais

1 - A alínea a) do nº 3 do artigo 4º passa a ter a seguinte redação: -----

a) Os titulares dos cargos de direção intermédia do 3º grau são recrutados, por procedimento concursal, nos termos da legislação em vigor, possuindo no mínimo formação superior graduada de licenciatura e um mínimo de 2 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível a habilitação referida. -----

2 - O nº 4 do artigo 4º passa a ter a seguinte redação: -----

----- No respeito pelo disposto no nº 3 do artigo 4º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto - remuneração dos titulares dos cargos de direção intermédia de 3º grau do Município de Pampilhosa da Serra corresponderá à 6ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior. -----

3 - A alínea b) do artigo 5º passa a ter a seguinte redação: -----

(.....)

- Uma (unidade orgânica), por Chefe de Divisão (dirigente intermédio de grau 2) conforme alínea a) do nº 1 do artigo 8 da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto; -----

- Uma (unidade orgânica), por Chefe de Divisão (dirigente intermédio de grau 2) conforme nº 3 do artigo 7º, conjugado com o nº 3 do artigo 21º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto; -----

- Uma (unidade orgânica), por um dirigente intermédio de grau 3, conforme alínea a) do nº 1 do artigo 8 da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, conjugado com o nº 3 do artigo



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

21º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto; -----

- Uma (unidade orgânica), liderada por um dirigente intermédio de grau 3, conforme nº 1 do artigo 9º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto; -----

(....)

4 - O artigo 7º passa a ter a seguinte redação: -----

----- A Divisão de Desenvolvimento Municipal, é dirigida por um Dirigente Intermédio de 3º Grau, diretamente dependente do Presidente da Câmara, a quem compete a programação, organização, coordenação e direção integrada de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da Divisão, designadamente: -----

(....)

5 - O artigo 11º passa a ter a seguinte redação: -----

(....)

----- A Divisão de Desenvolvimento Municipal, é dirigida por um Dirigente Intermédio de 3º Grau, diretamente dependente do Presidente da Câmara, a quem compete a programação, organização, coordenação e direção integrada de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da Divisão, designadamente:

(....)

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 3 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

#### 3.1 - SERVIÇOS TÉCNICOS DE OBRAS

##### 3.1.1 - Minuta do Contrato

- **Empreitada: Construção do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra**

- **Adjudicatário: CIP, Construção, S:A**

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- *" Tendo em consideração o concurso público em epígrafe, propõe-se a V.Ex<sup>as</sup> a minuta do contrato a assinar com a empresa adjudicatária. -----*

----- *Assim e no cumprimento do disposto no nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto Lei nº 278/2009 de 02 de outubro, propõe-se a V.Ex<sup>a</sup> a minuta do contrato a assinar com a empresa adjudicatária. -----*

----- *De salientar que a citada minuta foi elaborada tendo em atenção o disposto no citado*



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*Código dos Contratos Públicos, respeitando o disposto no seu artigo 96º. À consideração superior."* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a minuta do contrato em apreço e dar poderes ao Sr. Presidente para a sua assinatura. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 3.1.2 – Construção do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- "Tendo em consideração o concurso público para execução da empreitada "Construção do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra", a firma CIP, Construção, S.A., apresentou em 14/05/2014 a garantia bancária nº 962300488013725 emitida em 08/05/2014 pelo Banco Santander Totta, S.A para cumprimento do disposto no artigo 88º e seguintes do Decreto Lei nº 18/2008 de 29/01, com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei nº 278/2009, de 2 de outubro e pelo Decreto Lei nº 149/2012 de 12 de julho.-----

----- A garantia corresponde a 5% do valor total da adjudicação, perfazendo o montante de 41.193,28 € (quarenta e um mil cento e noventa e três euros e vinte e oito cêntimos).-----

----- Depois de analisada, verifica-se que a mesma está de acordo com o disposto na legislação acima mencionada. -----

----- Nestes termos, julga-se que poderá ser aceite dado que cumpre integralmente com os requisitos legais e corresponde ao montante legalmente exigido. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 3.1.3 – Alteração dos termos da minuta do contrato\_Aquisição de Serviços de Certificação Legal e Auditoria Externa de Contas do Município de 2014

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- "Tendo em consideração o ajuste direto "Aquisição de Serviços de Certificação Legal e Auditoria Externa de Contas do Município de 2014", o adjudicatário, Cruz Martins & Pega Magro, SROC apresentou em 23/05/2014 um pedido de alteração aos termos da minuta do contrato a celebrar, nos termos do documento que se anexa. -----

----- A alteração deve-se ao facto do adjudicatário ser uma sociedade civil não sujeita a Registo Comercial mas obrigatoriamente inscrita na Ordem os Revisores Oficiais de Contas. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Assim e depois de análise, julga-se necessário efetua a alteração solicitada, pelo que se propõe a aprovação da mesma. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 4 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

##### 4.1 - GABINETE DE TURISMO

##### 4.1.1 - Aldeias Históricas de Portugal

##### - GR22 - Grande Rota das Aldeias Históricas

----- Foi presente uma carta de Aldeias Históricas de Portugal - Associação de Desenvolvimento Turístico, com sede em Belmonte, na qual expõe um projeto denominado GR22 - Grande Rota das Aldeias Históricas, que consiste num percurso Pedestre e de BTT, implementado e homologado em Portugal no ano 2000, que se reveste de grande importância para a promoção das Aldeias Históricas de Portugal como um todo e apresentando um território visitável a pé e de bicicleta de montanha, incluindo um setor do município de Pampilhosa da Serra, na etapa que liga Piódão a Castelo Novo. -----

----- Mais referem, que a Aldeias Históricas de Portugal - Associação de Desenvolvimento Turístico, no âmbito dos investimentos transversais integrados nas candidaturas de caráter imaterial, ao abrigo do IV Quadro Comunitário, privilegiou a afetação de recursos financeiros para a requalificação da Grande Rota, adjudicando para o efeito serviços para a Revisão do Estudo Prévio e Projeto de Execução - Remarcação da Grande Rota Aldeias Históricas de Portugal, cujo documento juntam em anexo, bem como todos os elementos caracterológicos que elucidam o processo. -----

----- Assim, vêm submeter à apreciação da Câmara Municipal o referido documento, com os trabalhos e traçados previstos e as obrigações para o Município, solicitando recetividade e concordância. -----

----- O Município obriga-se a implementar a sinalética e a conservar o traçado, sendo que a citada sinalética a instalar já se encontra disponível para entrega aos municípios que integram a GRAHP. -----

----- Face ao exposto e após análise dos documentos recebidos e das explicações adicionais da Aldeias Históricas de Portugal - Associação de Desenvolvimento Turístico,



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aderir ao projeto GR22 Aldeias Históricas de Portugal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 4.1.2 - II Concurso de Fotografia "Pampilhosa da Serra: Inspira Natureza"

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Turismo, do seguinte teor: -----

----- " O gabinete de turismo vem propor a realização do 2º concurso de fotografia denominado "Pampilhosa da Serra: Inspira Natureza", a decorrer entre 29 de maio de 2014 e 29 de abril de 2015, tendo em consideração: -----

----- 1. Divulgação da marca "Pampilhosa da Serra: Inspira Natureza"; -----

----- 2. Promover articulação entre a marca "Pampilhosa da Serra: Inspira Natureza" e o produto turístico - turismo de Natureza, definido no PENT - Plano Estratégico Nacional de Turismo) para esta região; -----

----- 3. Promover as praias fluviais, gastronomia, aldeias de xisto, paisagens e a vida do concelho ao longo de um ano; -----

----- 4. Aumentar o acervo fotográfico do Município de Pampilhosa da Serra; -----

----- 5. Incrementar o gosto da fotografia nos jovens Pampilhosenses; -----

----- 6. Envolver os agentes turísticos privados a operar no território. -----

----- Para tal o concurso terá cinco categorias: -----

----- Paisagem; Xisto; Praias Fluviais; Gastronomia / Produtos endógenos; Vida. -----

----- O prémio proposto para os primeiros lugares de cada categoria é de 340 €. -----

----- Para os segundos lugares, um Voucher no Villa Pampilhosa Hotel, que inclui alojamento para duas pessoas, por uma noite, em regime de pequeno-almoço. -----

----- Mais informo que segue em anexo as normas do concurso. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o II Concurso de Fotografia "Pampilhosa da Serra: Inspira Natureza", bem como as normas do Concurso. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**ENCERRAMENTO**

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria da Graça Campos Pinto, Técnica Superior, que a subscrevi. -----

  
